26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: PROPOSTA DE TIPOLOGIA PARA COMPREENSÃO DAS VULNERABILIDADES CONTEMPORÂNEAS

INFORMATION VULNERABILITY AND INFORMATION LITERACY*: A TYPOLOGY PROPOSAL FOR UNDERSTANDING CONTEMPORARY VULNERABILITIES*

Jonatas Wondracek - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Camila Koerich Burin - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Daniela Spudeit - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Partindo das contribuições da pesquisadora Elizete Vieira Vitorino (2018) acerca da vulnerabilidade em informação e Competência em Informação, o estudo propõe uma ampliação analítica voltada à compreensão das diferentes naturezas das vulnerabilidades presentes na contemporaneidade. Caracteriza-se como ensaio teórico crítico-reflexivo, de natureza qualitativa e exploratória, desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico e análise interpretativa da literatura sobre Competência em Informação, vulnerabilidade em informação, inclusão social e acessibilidade informacional. Como aproximação ao estado da arte da temática, realizou-se levantamento exploratório na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, identificando a produção relacionada às vulnerabilidades sociais e em informação. Como contribuição teórica, propõe-se uma tipologia da vulnerabilidade em informação em temporárias, permanentes e potenciais, buscando ampliar os modelos interpretativos da Ciência da Informação e subsidiar ações de Competência em Informação voltadas a diferentes grupos sociais. Conclui-se que a compreensão das distintas naturezas da vulnerabilidade permite qualificar políticas de inclusão, acessibilidade e mediação da informação, fortalecendo a cidadania em informação em contextos marcados por desigualdades sociais e transformações tecnológicas.

Palavras-chave: Competência em Informação; Vulnerabilidade em informação; Inclusão.

Abstract: Building on the contributions of Elizete Vieira Vitorino regarding information vulnerability, this study proposes an analytical expansion aimed at understanding the different natures of vulnerabilities present in contemporary society. It is characterized as a critical-reflective theoretical essay of a qualitative and exploratory nature, developed through a bibliographic survey and an interpretative analysis of the literature on Information Literacy, information vulnerability, social inclusion, and information accessibility. As an approximation to the state of the art on the subject, an exploratory survey was conducted in the Brazilian Reference Database of Information Science Journal Articles, identifying a significant body of literature related to social vulnerabilities and information vulnerability. As a theoretical

contribution, the study proposes a typology of information vulnerability categorized as temporary, permanent, and potential, seeking to expand the interpretative frameworks of Information Science and support Information Literacy initiatives directed at different social groups. The findings suggest that understanding the distinct natures of vulnerability can enhance policies and practices related to inclusion, accessibility, and information mediation, thereby strengthening informational citizenship in contexts marked by social inequalities and tecnological transformations.

Keywords: Information Literacy; Information Vulnerability; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A literatura em Ciência da Informação tem ampliado significativamente as discussões envolvendo vulnerabilidade social, Competência em Informação, inclusão informacional e mediação da informação, especialmente a partir da consolidação de perspectivas críticas voltadas à cidadania, à participação social e ao enfrentamento das desigualdades informacionais (Belluzzo, 2020; Gomes, 2021; Spudeit, Vitorino, 2023; Vitorino, 2018).

Nesse contexto, os estudos da pesquisadora Elizete Vieira Vitorino[1] contribuíram para aproximar Competência em Informação e vulnerabilidade social, propondo o conceito de "vulnerabilidade em informação" como categoria analítica relacionada às limitações enfrentadas por indivíduos e grupos no acesso, avaliação, recuperação e uso da informação em contextos marcados por desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

O conceito de vulnerabilidade em informação possibilitou compreender que as desigualdades contemporâneas não decorrem apenas da ausência de recursos materiais, mas também das limitações relacionadas ao acesso, à avaliação, à apropriação e ao uso crítico da informação. Tal perspectiva permitiu ampliar o papel social da Competência em Informação, compreendendo-a como instrumento de autonomia, participação cidadã e inclusão social.

Embora a literatura tenha avançado significativamente na identificação de grupos vulneráveis e na análise das barreiras informacionais que enfrentam, observa-se que diferentes condições de vulnerabilidade são tratadas de forma relativamente homogênea. Pessoas em situação de rua, indivíduos com deficiência, idosos e migrantes, por exemplo, apresentam necessidades informacionais distintas, que demandam estratégias diferenciadas de mediação, acessibilidade e desenvolvimento da Competência em Informação.

[1] Docente vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo propor, a partir da articulação teórico-conceitual da literatura, uma tipologia analítica das condições de vulnerabilidade em informação, organizando-as em temporárias, permanentes e potenciais, com vistas a contribuir para o aprimoramento dos referenciais utilizados pela Ciência da Informação na compreensão das vulnerabilidades contemporâneas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como um ensaio teórico de natureza qualitativa, exploratória e crítico-reflexiva, desenvolvido a partir da análise e articulação conceitual da literatura relacionada à Competência em Informação, vulnerabilidade em informação, inclusão social, acessibilidade e cidadania informacional. A opção pelo ensaio teórico decorre do propósito de discutir conceitualmente diferentes manifestações da vulnerabilidade em informação e, a partir do diálogo entre referenciais provenientes da Ciência da Informação e de campos correlatos, propor uma tipologia analítica composta pelas categorias vulnerabilidade temporária, permanente e potencial. Nesse sentido, a investigação não se configura como revisão sistemática ou estudo bibliométrico, mas como construção teórico-conceitual fundamentada na literatura selecionada.

Como procedimento de aproximação ao estado da arte, realizou-se levantamento exploratório na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando-se o descritor “vulnerabilidades”. A busca identificou 606 artigos, 288 trabalhos publicados em eventos e três livros relacionados à temática. Esse levantamento teve como finalidade identificar a presença e os modos de abordagem do conceito de vulnerabilidade na produção da Ciência da Informação, subsidiando a delimitação conceitual do estudo. Os resultados recuperados não foram tratados como corpus bibliométrico nem submetidos à análise quantitativa exaustiva, uma vez que o objetivo da pesquisa não consistiu em mensurar a produção científica sobre o tema, mas em reconhecer referenciais pertinentes à problematização proposta.

A constituição do *corpus* teórico ocorreu mediante seleção intencional de trabalhos considerados pertinentes à relação entre vulnerabilidade, Competência em Informação, acesso, apropriação e uso da informação, inclusão e acessibilidade. Foram priorizados estudos que apresentassem contribuição conceitual para a compreensão das condições de vulnerabilidade em informação e das possibilidades de desenvolvimento da Competência em

Informação em diferentes grupos sociais. A literatura recuperada na BRAPCI foi complementada por documentos e autores reconhecidos nas discussões específicas mobilizadas pelo artigo, inclusive provenientes de áreas correlatas quando necessários à fundamentação de conceitos que não se originam propriamente na Ciência da Informação.

A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa e análise conceitual dos referenciais selecionados, buscando identificar convergências, distinções e características associadas à duração, reversibilidade e transformação das condições de vulnerabilidade. O percurso analítico compreendeu três movimentos articulados: inicialmente, a identificação das diferentes formas pelas quais a vulnerabilidade é apresentada na literatura; em seguida, a comparação dessas condições considerando sua temporalidade, permanência e possibilidade de transformação; e, por fim, a articulação dessas características com a Competência em Informação, especialmente quanto às possibilidades de acesso, avaliação, apropriação e uso crítico da informação.

A partir desse processo interpretativo foram delimitadas, como proposta analítica deste estudo, três categorias de vulnerabilidade em informação: temporária, permanente e potencial. As categorias não são concebidas como classificações rígidas ou mutuamente excludentes, mas como tipos analíticos destinados a favorecer a compreensão das diferentes condições de vulnerabilidade que podem coexistir ou se modificar ao longo da trajetória dos sujeitos. Assim, a tipologia constitui resultado de uma síntese teórico-conceitual construída a partir do diálogo entre os referenciais analisados, devendo ser compreendida como proposição passível de aprofundamento e validação em pesquisas empíricas posteriores.

3 VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A Competência em Informação tem se consolidado como campo relevante para compreender os modos pelos quais sujeitos, grupos e instituições acessam, avaliam, interpretam, produzem e utilizam informação em contextos sociais complexos. No âmbito da Ciência da Informação, Elizete Vieira Vitorino apresentou importante avanço ao aproximar Competência em Informação e vulnerabilidade social, propondo o conceito de "vulnerabilidade em informação" como categoria analítica voltada à compreensão das desigualdades informacionais que afetam grupos socialmente vulneráveis.

No artigo *A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da vulnerabilidade em informação*, Vitorino (2018) compreende a vulnerabilidade

em informação como um estado de suscetibilidade decorrente tanto da ausência de acesso à informação quanto da incapacidade de desenvolver competência necessária à apropriação crítica dos fluxos informacionais contemporâneos. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade relaciona-se aos riscos de exclusão, manipulação, invisibilidade e perdas sociais decorrentes da incapacidade de acessar, compreender, avaliar e utilizar criticamente a informação.

Essa articulação entre Competência em Informação e vulnerabilidade também encontra respaldo no Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias (2013), elaborado no II Seminário "Competência em Informação: Cenários e Tendências", realizado durante o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. O documento reconhece a Competência em Informação como elemento fundamental para o desenvolvimento social, cultural e econômico e destaca sua relevância para populações em situação de discriminação, intolerância, fragilidade, desigualdade ou desvantagem social, especialmente no que se refere ao acesso e uso da informação para a construção do conhecimento, da identidade e da autonomia e para a efetiva inclusão social. Ao defender a atenção das instituições e dos profissionais da informação às necessidades informacionais desses grupos, o Manifesto reforça uma compreensão da Competência em Informação que ultrapassa o domínio de habilidades técnicas, vinculando-a ao exercício da cidadania, à autonomia e à inclusão social (Manifesto de Florianópolis, 2013).

Em contextos marcados por desigualdades sociais, exclusão digital, fragilidades educacionais e limitações de acesso à informação, a Competência em Informação emerge como processo contínuo de desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, atitudes e capacidades críticas voltadas à apropriação consciente da informação, permitindo maior autonomia, participação social e construção do conhecimento ao longo da vida.

Estudos recentes têm enfatizado a Competência em Informação como instrumento de autonomia, cidadania e inclusão social, demonstrando que o acesso à informação e o desenvolvimento de capacidades críticas de apropriação informacional podem contribuir para o fortalecimento da participação social e da emancipação cidadã. A partir dessa compreensão, Gomes (2021) argumenta que o desenvolvimento da Competência em Informação relaciona-se diretamente ao protagonismo social e à ampliação das possibilidades de participação crítica dos sujeitos nos espaços sociais e informacionais contemporâneos, especialmente em contextos marcados por desigualdades, invisibilidades e fragilidades sociais. A autora destaca

que a Competência em Informação ultrapassa dimensões meramente técnicas, assumindo também papel político, social e emancipatório diante das dinâmicas contemporâneas de exclusão e subalternização.

Nessa perspectiva, Spudeit e Vitorino (2023) destacam que a Competência em Informação pode auxiliar na minimização de vulnerabilidades sociais por meio do acesso, uso e apropriação da informação voltados à construção da autonomia, do conhecimento e da identidade social. Conforme as autoras:

> A vulnerabilidade informacional é vinculada ao risco e ao potencial para perdas, a competência em informação constrói-se como minimização destas, por meio do desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos e atitudes quanto ao uso da informação. O desenvolvimento da competência em informação é algo exigido ao longo da vida num constante aprender a aprender para a contínua construção do conhecimento e aprimoramento das habilidades técnicas e tecnológicas no que tange ao acesso e uso crítico da informação (Spudeit; Vitorino, 2023, p. 24)

Ao reconhecer a Competência em Informação como elemento capaz de minimizar situações de vulnerabilidade, torna-se igualmente necessário compreender que tais vulnerabilidades não se manifestam de forma única ou homogênea. A literatura da área tem demonstrado que a vulnerabilidade em informação assume múltiplas configurações, associadas tanto às condições sociais dos sujeitos quanto às suas características físicas, cognitivas e contextuais. Embora compartilhem situações de fragilidade informacional, os diferentes grupos vulneráveis experienciam desafios distintos em seus processos de acesso, apropriação e uso da informação, o que demanda abordagens interventivas diferenciadas.

A utilização do conceito de vulnerabilidade no campo da Ciência da Informação demanda reconhecer que se trata de uma construção teórica desenvolvida e consolidada também em outras áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Sociais e na Saúde Coletiva. Nesses campos, a vulnerabilidade ultrapassa a compreensão centrada exclusivamente em características individuais, sendo analisada a partir da interação entre condições individuais, sociais e institucionais que ampliam ou reduzem a capacidade dos sujeitos de enfrentar situações adversas. Ao ser aproximada da Ciência da Informação, essa perspectiva permite compreender que as dificuldades de acesso, avaliação, apropriação e uso da informação não decorrem apenas das capacidades individuais, mas também das condições sociais, econômicas, tecnológicas, educacionais e institucionais nas quais os sujeitos estão inseridos. Desse modo, a tipologia proposta neste estudo não pretende inaugurar uma classificação geral da vulnerabilidade, mas operacionalizar, no âmbito informacional,

diferentes condições de fragilidade identificadas a partir do diálogo entre a Competência em Informação e referenciais consolidados sobre vulnerabilidade.

O conceito de vulnerabilidade, conforme mencionado, possui trajetória consolidada em outros campos do conhecimento, particularmente na saúde coletiva, sendo necessário considerar essas raízes teóricas para sua apropriação pela Ciência da Informação. Em perspectiva mais recente, Carmo e Guizardi (2018) observam que o conceito de vulnerabilidade permite ampliar a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício da cidadania. Essa concepção desloca a análise de uma leitura estritamente individual para uma compreensão relacional e contextual, na qual as condições de vida, os recursos disponíveis e as respostas oferecidas pelas políticas e instituições interferem na produção ou redução das vulnerabilidades. Para o campo da Ciência da Informação, essa perspectiva contribui para compreender a vulnerabilidade em informação como fenômeno que não decorre apenas da ausência de habilidades informacionais do indivíduo, mas também das condições sociais, institucionais e tecnológicas que possibilitam ou restringem o acesso, a apropriação e o uso da informação (Carmo; Guizardi, 2018).

Bertolozzi (2009) reforça essa compreensão ao situar a vulnerabilidade como categoria analítica capaz de contribuir para a apreensão das necessidades dos diferentes grupos sociais e para a formulação de práticas e intervenções voltadas à autonomia, à equidade e à justiça social. Nessa perspectiva, reconhecer situações de vulnerabilidade não significa apenas identificar características ou limitações individuais, mas compreender as condições concretas nas quais os sujeitos vivem e os recursos de que dispõem para responder às suas necessidades. Transportada criticamente para o campo informacional, essa abordagem sustenta a necessidade de reconhecer que diferentes sujeitos podem vivenciar formas distintas de vulnerabilidade em informação e, consequentemente, demandar estratégias diferenciadas de Competência em Informação, acessibilidade, mediação e inclusão.

Dessa forma, considera-se pertinente avançar na discussão conceitual da vulnerabilidade em informação mediante a proposição de tipos analíticos, construídos com finalidade heurística e sem pretensão de esgotar ou substituir classificações de vulnerabilidade consolidadas em outros campos do conhecimento. A proposta organiza a vulnerabilidade em informação em três categorias — temporária, permanente e potencial — buscando evidenciar diferentes manifestações do fenômeno e contribuir para o refinamento

teórico do conceito e para o planejamento de ações de Competência em Informação adequadas às necessidades dos diferentes grupos sociais.

4 PROPOSTA DE TIPOLOGIA DA VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO

A diversidade das condições de vulnerabilidade observadas na sociedade contemporânea evidencia a necessidade de modelos analíticos capazes de distinguir diferentes formas de fragilidade informacional. Nesse sentido, propõe-se uma tipologia composta por vulnerabilidades temporárias, permanentes e potenciais.

Embora apresentadas separadamente para fins analíticos, as categorias propostas não são mutuamente excludentes. Um mesmo indivíduo pode experienciar simultaneamente diferentes formas de vulnerabilidade ao longo da vida ou transitar entre elas em distintos momentos de sua trajetória. Uma pessoa idosa, por exemplo, pode vivenciar vulnerabilidades potenciais associadas ao envelhecimento e, concomitantemente, apresentar uma condição permanente decorrente de deficiência visual ou motora. Da mesma forma, indivíduos com deficiência podem enfrentar situações temporárias de vulnerabilidade relacionadas ao desemprego, à exclusão social ou a contextos específicos de fragilidade socioeconômica. Assim, a tipologia proposta evidencia tendências das condições de vulnerabilidade, sem desconsiderar sua natureza dinâmica, relacional e frequentemente sobreposta.

4.1 VULNERABILIDADES TEMPORÁRIAS

As vulnerabilidades temporárias ou extinguíveis correspondem a condições circunstanciais, reversíveis e contextuais de fragilidade social e informacional. Embora severas, tais vulnerabilidades apresentam potencial de reversibilidade mediante políticas públicas adequadas, acolhimento institucional, suporte familiar ou reinserção socioeconômica. Nesses casos, a Competência em Informação pode contribuir significativamente para processos de autonomia, reinserção social e fortalecimento da cidadania. Inserem-se nessa categoria indivíduos ou grupos cuja situação vulnerável decorre de eventos transitórios, econômicos, territoriais ou sociais, como pessoas em situação de rua, migrantes, refugiados, desempregados ou grupos marginalizados em contextos específicos.

Nessas situações, as políticas públicas de educação, assistência social, trabalho, habitação e inclusão digital desempenham papel fundamental na redução das desigualdades e na ampliação das oportunidades de participação social. Entretanto, o acesso aos serviços e

benefícios disponíveis não depende apenas da sua existência, mas também da capacidade dos sujeitos de identificar necessidades informacionais, localizar fontes confiáveis, compreender direitos e utilizar criticamente as informações disponíveis. Nesse contexto, a Competência em Informação configura-se como importante instrumento de empoderamento e inclusão social, favorecendo a tomada de decisões, o acesso a políticas públicas e o exercício da cidadania.

Essa perspectiva é reforçada por Spudeit e Vitorino (2023), ao destacarem que a Competência em Informação constitui importante estratégia para a minimização da vulnerabilidade em informação enfrentada por grupos socialmente vulneráveis. Ao favorecer o desenvolvimento de habilidades relacionadas à busca, avaliação e uso crítico da informação, a Competência em Informação amplia as possibilidades de acesso a direitos, serviços públicos e oportunidades de inclusão social. Para as autoras, a redução da vulnerabilidade em informação está diretamente associada à capacidade dos sujeitos de utilizar a informação de forma consciente e autônoma na tomada de decisões que afetam suas trajetórias pessoais e coletivas.

De forma complementar, Gomes (2021) compreende a Competência em Informação como elemento fundamental para o protagonismo social e para a participação cidadã. Segundo a autora, o desenvolvimento de Competência em Informação possibilita que os indivíduos ampliem sua capacidade de compreender a realidade, posicionar-se criticamente diante dos desafios sociais e atuar de forma mais autônoma nos espaços de participação e construção da cidadania. Nesse sentido, para grupos em situação de vulnerabilidade temporária, a Competência em Informação pode representar não apenas um mecanismo de acesso à informação, mas também uma ferramenta de emancipação social, fortalecimento da autonomia e ampliação das oportunidades de reinserção social.

Assim, à luz das contribuições de Spudeit e Vitorino (2023) e Gomes (2021), compreende-se que a Competência em Informação, ao possibilitar o acesso crítico à informação e a compreensão dos recursos institucionais disponíveis, atua como elemento mediador na superação de fragilidades circunstanciais, colaborando para a redução de processos de exclusão e para a construção de trajetórias mais autônomas e participativas.

4.2 VULNERABILIDADES PERMANENTES

As vulnerabilidades permanentes correspondem a condições duradouras associadas a limitações físicas, cognitivas, sensoriais, neurológicas, genéticas ou funcionais que

acompanham o indivíduo de forma contínua ao longo da vida. Incluem-se nesse grupo pessoas com deficiência, indivíduos com doenças degenerativas, transtornos incapacitantes e limitações cognitivas severas.

Diferentemente das vulnerabilidades temporárias, essas condições demandam ações permanentes de inclusão, acessibilidade e garantia de direitos, uma vez que as barreiras enfrentadas pelos sujeitos não decorrem apenas de circunstâncias transitórias, mas de condições que exigem suporte contínuo para assegurar sua plena participação social. Nesse contexto, tornam-se fundamentais políticas permanentes de acessibilidade informacional, inclusão digital, desenho universal e desenvolvimento contínuo da Competência em Informação. Conforme Shakespeare (2006), a deficiência deve ser compreendida a partir de uma perspectiva relacional, resultante da interação entre características individuais e fatores contextuais. A deficiência resulta da "interação entre fatores individuais e contextuais. Em outras palavras, as pessoas são incapacitadas tanto pela sociedade quanto por seus próprios corpos. Essa abordagem estabelece uma ponte entre os modelos médico e social" (Shakespeare, 2006, p. 11).

Sob essa perspectiva, a vulnerabilidade não se restringe às limitações individuais, mas manifesta-se também nas barreiras físicas, comunicacionais, educacionais, tecnológicas e informacionais presentes na sociedade. Conforme Figueira (2023), a inclusão das pessoas com deficiência depende não apenas da eliminação de obstáculos arquitetônicos, mas também da superação de barreiras pedagógicas, culturais, sociais e institucionais que limitam sua participação plena nos diferentes espaços sociais.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009, estabelece que as pessoas com deficiência devem ter assegurada plena participação social, acessibilidade e igualdade de oportunidades, reconhecendo que impedimentos físicos, intelectuais, mentais ou sensoriais, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação efetiva na sociedade (Brasil, 2009).

Nesse contexto, a Competência em Informação assume papel estratégico para a promoção da autonomia e da participação social das pessoas que vivenciam vulnerabilidades permanentes. Conforme argumentam Spudeit e Vitorino (2023), o desenvolvimento da Competência em Informação contribui para a minimização da vulnerabilidade em informação por meio da construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores relacionados ao

uso crítico da informação. No caso das pessoas com deficiência e de outros grupos que enfrentam limitações permanentes, esse processo deve estar articulado a práticas de acessibilidade informacional, tecnologias assistivas e estratégias de mediação que favoreçam a apropriação da informação e o exercício dos direitos de cidadania.

De forma complementar, Gomes (2021) destaca que a Competência em Informação ultrapassa a dimensão técnica do acesso à informação, constituindo-se como elemento fundamental para o protagonismo social e para a participação cidadã. Assim, assegurar condições acessíveis de acesso, compreensão e uso da informação significa também possibilitar que esses sujeitos participem de forma mais autônoma dos processos educacionais, profissionais, culturais e políticos que compõem a vida em sociedade.

Cabe destacar que, entre as categorias propostas, as vulnerabilidades permanentes demandam atenção contínua da sociedade e das instituições. Diferentemente das vulnerabilidades temporárias, cuja superação pode ocorrer mediante mudanças nas condições sociais, econômicas ou contextuais dos sujeitos, as vulnerabilidades permanentes estão associadas a características duradouras que acompanham os indivíduos ao longo de suas trajetórias de vida. Nesses casos, o desenvolvimento da Competência em Informação pode ampliar a autonomia, a participação social e o exercício da cidadania, mas não elimina as condições que tornam necessárias ações permanentes de acessibilidade e inclusão.

Sob essa perspectiva, a responsabilidade pela redução das vulnerabilidades permanentes não pode ser atribuída exclusivamente aos indivíduos. Ainda que uma pessoa desenvolva Competência em Informação, barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas e informacionais podem continuar limitando sua participação social. Torna-se, portanto, indispensável que políticas públicas, instituições e sistemas de informação assumam compromisso permanente com a acessibilidade, reconhecendo que a inclusão depende tanto das capacidades dos sujeitos quanto das condições oferecidas pela sociedade para o exercício pleno de seus direitos.

Portanto, a acessibilidade informacional apresenta-se como requisito fundamental para a inclusão social e para a efetivação dos direitos das pessoas que vivenciam vulnerabilidades permanentes. Mais do que garantir o acesso à informação, torna-se necessário assegurar condições para sua compreensão, apropriação e uso crítico, possibilitando a construção da autonomia, o fortalecimento da cidadania e a participação plena na vida social.

4.3 VULNERABILIDADES POTENCIAIS

A terceira categoria corresponde às vulnerabilidades potenciais, compreendidas como vulnerabilidades inerentes à própria condição humana. Trata-se da vulnerabilidade como horizonte existencial inevitável, associada ao envelhecimento, à degeneração cognitiva, à perda progressiva de capacidades físicas e às limitações decorrentes do desgaste biológico natural. Sob esse prisma, o envelhecimento humano insere progressivamente os indivíduos em condições potenciais de vulnerabilidade em informação, especialmente em contextos marcados pela aceleração tecnológica e pela crescente complexidade dos ecossistemas digitais. Embora tais vulnerabilidades não se manifestem necessariamente de forma imediata, elas representam possibilidades concretas que podem emergir ao longo do curso da vida, demandando processos contínuos de adaptação e aprendizagem.

Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua divulgados pelo Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstram que o uso da internet entre pessoas com 60 anos ou mais cresceu significativamente nos últimos anos. Entretanto, entre os principais fatores apontados para o não uso da internet estão justamente o desconhecimento sobre as tecnologias digitais e as dificuldades relacionadas à sua utilização, evidenciando desafios que ultrapassam a mera disponibilidade de acesso e alcançam aspectos relacionados à competência necessária para o uso da informação em ambientes digitais (IBGE, 2024).

As vulnerabilidades potenciais também ultrapassam a dimensão estritamente digital ou informacional, alcançando limitações biológicas e funcionais inerentes ao envelhecimento humano. Dados da Organização Mundial da Saúde indicam aumento progressivo de condições como perda auditiva, deficiência visual, redução da mobilidade, comprometimentos cognitivos e doenças neurodegenerativas, fatores que impactam diretamente a autonomia, a comunicação e a participação social dos indivíduos (OMS, 2021).

Nesse contexto, a Competência em Informação assume papel fundamental não apenas como estratégia de inclusão digital, mas como processo permanente de aprendizagem ao longo da vida. De Lucca e Vitorino (2019) destacam que a condição do idoso na sociedade da informação pode configurar situações de vulnerabilidade em informação, especialmente quando limitações cognitivas, tecnológicas ou sociais dificultam o acesso, a compreensão e o uso da informação. Para as autoras, a Competência em Informação constitui importante instrumento para o fortalecimento da autonomia, da participação social e da capacidade de

tomada de decisões, contribuindo para que os indivíduos enfrentem os desafios informacionais que acompanham o processo de envelhecimento.

Sob essa perspectiva, a aproximação entre Competência em Informação e aprendizagem ao longo da vida torna-se particularmente relevante. Em sociedades caracterizadas por rápidas transformações tecnológicas, a atualização contínua de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à informação permite que os sujeitos acompanhem as mudanças ocorridas ao longo de suas trajetórias pessoais e sociais. Assim, a educação não se restringe às etapas formais da escolarização, mas constitui processo permanente de adaptação, desenvolvimento e construção de autonomia diante dos desafios informacionais contemporâneos.

Dessa forma, a vulnerabilidade revela-se não apenas como fenômeno socialmente produzido ou associado a condições específicas de determinados grupos, mas também como possibilidade inerente à própria trajetória humana. O envelhecimento evidencia que todos os indivíduos, em maior ou menor medida, podem experimentar limitações físicas, cognitivas, funcionais ou informacionais ao longo da vida. Nesse sentido, a Competência em Informação e a aprendizagem ao longo da vida apresentam-se como estratégias fundamentais para promover autonomia, adaptação e participação social diante das transformações que acompanham a existência humana.

5 IMPLICAÇÕES DA TIPOLOGIA DA VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO PARA A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A proposta de tipologia da vulnerabilidade em informação em temporárias, permanentes e potenciais permite ampliar a compreensão das múltiplas formas pelas quais indivíduos e grupos experienciam situações de fragilidade nos processos de acesso, apropriação e uso da informação. Essa tipologia oferece subsídios para o planejamento de ações, políticas e programas de Competência em Informação mais adequados às especificidades dos diferentes contextos de vulnerabilidade.

Tradicionalmente, os estudos sobre Competência em Informação têm enfatizado seu papel na promoção da inclusão social, da autonomia, da cidadania e do protagonismo dos sujeitos. Conforme Belluzzo (2020), a Competência em Informação constitui elemento fundamental para a aprendizagem, a participação social e o exercício da cidadania na sociedade contemporânea. Dudziak (2003) destaca que a Competência em Informação

envolve processos de aprendizagem que possibilitam aos indivíduos reconhecer necessidades informacionais, localizar, avaliar e utilizar informações de forma crítica e ética. Entretanto, ao reconhecer que a vulnerabilidade em informação não se manifesta de forma homogênea, torna-se necessário compreender que as ações voltadas ao desenvolvimento da Competência em Informação também demandam abordagens diferenciadas.

A tipologia proposta sugere que programas, projetos e ações de Competência em Informação não devem ser concebidos de forma uniforme. As necessidades informacionais, as barreiras enfrentadas e as possibilidades de intervenção variam de acordo com a natureza da vulnerabilidade vivenciada pelos sujeitos. Dessa forma, iniciativas voltadas ao desenvolvimento da Competência em Informação tendem a alcançar melhores resultados quando consideram as especificidades dos diferentes grupos sociais, suas condições de acesso à informação e os contextos em que se inserem. Tal entendimento converge com as proposições de Vitorino (2018), ao reconhecer que a Competência em Informação deve ser compreendida em estreita relação com as condições sociais e contextuais que influenciam os processos de apropriação da informação.

Cabe destacar que as categorias propostas não devem ser compreendidas de forma rígida ou estanque. As diferentes categorias de vulnerabilidade em informação podem coexistir, sobrepor-se e transformar-se ao longo da vida, exigindo que programas de Competência em Informação considerem não apenas a categoria predominante de vulnerabilidade, mas também as múltiplas condições que podem afetar simultaneamente os sujeitos. Essa compreensão reforça a necessidade de abordagens flexíveis e contextualizadas, capazes de responder à complexidade das experiências informacionais vivenciadas pelos diferentes grupos sociais.

No caso das vulnerabilidades temporárias, a Competência em Informação pode atuar como instrumento de inclusão e reinserção social, favorecendo o acesso a direitos, políticas públicas, oportunidades educacionais e inserção no mundo do trabalho. Nesses contextos, o desenvolvimento de competência relacionada à identificação de necessidades informacionais, à busca de informações confiáveis e à utilização crítica da informação pode contribuir para processos de superação de condições circunstanciais de vulnerabilidade. Programas de Competência em Informação destinados a esses grupos devem priorizar estratégias de empoderamento informacional, fortalecimento da autonomia e ampliação do acesso a

recursos institucionais que possibilitem a reconstrução de trajetórias sociais, educacionais e profissionais.

Nas vulnerabilidades permanentes, por sua vez, a Competência em Informação deve estar articulada a políticas contínuas de acessibilidade informacional, inclusão digital e garantia de direitos. Diferentemente das vulnerabilidades temporárias, a aquisição de Competência em Informação não elimina as condições que originam determinadas necessidades de acessibilidade. Assim, torna-se indispensável que bibliotecas, instituições educacionais, sistemas de informação e políticas públicas assumam compromisso permanente com a remoção de barreiras comunicacionais, tecnológicas e informacionais, assegurando condições equitativas de participação social. Nesses casos, programas de Competência em Informação devem ser concebidos em consonância com princípios de acessibilidade, desenho universal e mediação inclusiva, favorecendo a autonomia e a participação cidadã das pessoas que vivenciam tais condições.

Já no âmbito das vulnerabilidades potenciais, associadas ao envelhecimento e às transformações inerentes à trajetória humana, a Competência em Informação aproxima-se das perspectivas de aprendizagem ao longo da vida. Conforme discutem De Lucca e Vitorino (2019), o envelhecimento populacional impõe novos desafios relacionados ao acesso, à compreensão e ao uso da informação em ambientes digitais cada vez mais complexos. Nesse sentido, programas de Competência em Informação voltados a esse público devem priorizar processos contínuos de formação e atualização, contribuindo para que os indivíduos acompanhem as transformações tecnológicas, informacionais e sociais que ocorrem ao longo de suas vidas, reduzindo barreiras e ampliando suas possibilidades de participação social.

A tipologia proposta também evidencia que a promoção da Competência em Informação não deve ser compreendida apenas como responsabilidade individual. Embora o desenvolvimento de Competência em Informação seja fundamental para a autonomia dos sujeitos, a redução das vulnerabilidades depende igualmente de condições sociais, institucionais e políticas que garantam acesso, acessibilidade, mediação qualificada e oportunidades de participação. Tal compreensão aproxima-se da perspectiva defendida por Gomes (2021), para quem a Competência em Informação deve estar comprometida com a construção do protagonismo social, da participação cidadã e da transformação das realidades marcadas por desigualdades.

Nessa perspectiva, as tipologias apresentadas contribuem para o refinamento teórico das discussões sobre vulnerabilidade em informação e amplia as possibilidades de atuação da Ciência da Informação na formulação de políticas, serviços e ações voltadas à inclusão social, à acessibilidade informacional e ao fortalecimento da cidadania. Ao reconhecer que diferentes formas de vulnerabilidade demandam estratégias distintas de intervenção, a tipologia proposta reforça a necessidade de programas de Competência em Informação contextualizados, flexíveis e sensíveis às características e necessidades dos diferentes grupos.

6 VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

O presente estudo buscou contribuir para as discussões sobre vulnerabilidade em informação no âmbito da Ciência da Informação, propondo uma tipologia analítica composta por vulnerabilidades temporárias, permanentes e potenciais. Partindo das contribuições de Vitorino (2018) acerca da vulnerabilidade em informação e articulando-as aos debates sobre Competência em Informação, acessibilidade, inclusão social e aprendizagem ao longo da vida, argumentou-se que as fragilidades informacionais não se manifestam de forma homogênea entre os sujeitos, demandando abordagens teóricas e práticas capazes de reconhecer suas especificidades.

A tipologia proposta permitiu evidenciar que diferentes condições de vulnerabilidade requerem distintas formas de intervenção. As vulnerabilidades temporárias, associadas a circunstâncias sociais, econômicas ou contextuais, podem ser mitigadas por meio de políticas públicas de inclusão e reinserção social, articuladas ao desenvolvimento da Competência em Informação. As vulnerabilidades permanentes, por sua vez, demandam ações contínuas de acessibilidade informacional, inclusão e garantia de direitos, uma vez que a aquisição de Competência em Informação, embora amplie a autonomia dos sujeitos, não elimina as condições que tornam necessárias ações permanentes. Já as vulnerabilidades potenciais remetem à própria condição humana e aos desafios decorrentes do envelhecimento, reforçando a importância da aprendizagem ao longo da vida como estratégia de adaptação às transformações informacionais, tecnológicas e sociais.

Cabe destacar que as categorias propostas não devem ser compreendidas de forma rígida ou excludente. Ao contrário, indivíduos e grupos podem transitar entre diferentes condições de vulnerabilidade ou vivenciá-las simultaneamente ao longo de suas trajetórias. Nesse sentido, a tipologia pretende constituir-se como instrumento analítico para

compreensão das múltiplas formas de vulnerabilidade em informação, sem desconsiderar seu caráter dinâmico, relacional e contextual.

Os resultados da reflexão desenvolvida reforçam que a Competência em Informação não pode ser concebida como um conjunto uniforme de habilidades aplicáveis indistintamente a todos os públicos. As necessidades informacionais, as barreiras enfrentadas e as possibilidades de participação social variam de acordo com as condições de vulnerabilidade experimentadas pelos sujeitos. Assim, programas, serviços e ações de Competência em Informação tendem a alcançar maior efetividade quando planejados de forma contextualizada, considerando as especificidades dos diferentes grupos sociais e suas condições de acesso, apropriação e uso da informação.

Conclui-se que a Competência em Informação, quando articulada a políticas de inclusão social, acessibilidade informacional e promoção da cidadania, pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades informacionais, o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e a ampliação da participação social. Mais do que favorecer o acesso à informação, a Competência em Informação apresenta-se como elemento fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas, democráticas e comprometidas com a garantia de direitos.

Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento das investigações sobre as relações entre vulnerabilidade em informação e os regimes informacionais contemporâneos, especialmente diante das transformações promovidas pelas plataformas digitais, pelos sistemas algorítmicos e pelas novas formas de circulação, visibilidade e mediação da informação. Tais estudos poderão contribuir para a compreensão de vulnerabilidades emergentes e para o aperfeiçoamento dos referenciais teóricos e práticos da Ciência da Informação frente aos desafios da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Informação & Sociedade**: Estudos, Paraíba, v. 30, n. 4, p. 1-28, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57045. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=967798. Acesso em: 18 maio 2026.

BERTOLOZZI, M. R. Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. esp. 2, p. 1326-1330, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/DNNmfp9NWtbLcs5WsDwncrM/?lang=pt. Acesso em: 10 set. 2026.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt. Acesso em: 10 set. 2026.

DE LUCCA, D. M.; VITORINO, E. V. Competência em informação e necessidades de informação de idosos: o papel do profissional da informação nesse contexto. **Informação & Informação**, Paraná v. 24, n. 1, p. 458-483, 2019. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30127. Acesso em: 15 maio 2026.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcsvMnmwLWprjmG/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 maio 2026.

FIGUEIRA, E. **Introdução geral à educação inclusiva**. São Paulo: [s.n.], 2023.

GOMES, H. F. Protagonismo e Competências em Informação: conferência de encerramento do V COINFO. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 1–18, 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1619. Acesso em: 20 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2023, 87,2% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram internet. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 16 ago. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet. Acesso em: 20 maio 2026.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554. Acesso em: 11 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on hearing**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240020481. Acesso em: 20 maio 2026.

SPUDEIT, D.; VITORINO, E. V. Diretrizes para. o desenvolvimento da competência em informação para bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua. **Revista**

Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [*s. l.*], v. 19, p. 1–28, 2023. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1947. Acesso em: 15 maio 2026.

SHAKESPEARE, T. **Disability Rights and Wrongs**. London: Routledge, 2006.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "vulnerabilidade em informação". **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 71-85, 2018. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187. Acesso em: 06 maio 2026.